

POLÍTICA ECONÔMICA

Industriais acreditam que a retomada da produção no Brasil só virá com forte redução dos juros, reajuste de salários, investimentos em habitação e cotação do dólar em, no máximo, R\$ 3,50

Receita para o crescimento

ARNALDO GALVÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

Empresários e especialistas se dividem em relação às propostas de um rápido aquecimento da economia. Na segunda-feira, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o presidente da Gradiante, Eugênio Staub, sugeriu ao governo seis medidas para que a atividade voltasse a reagir em 30 ou 60 dias.

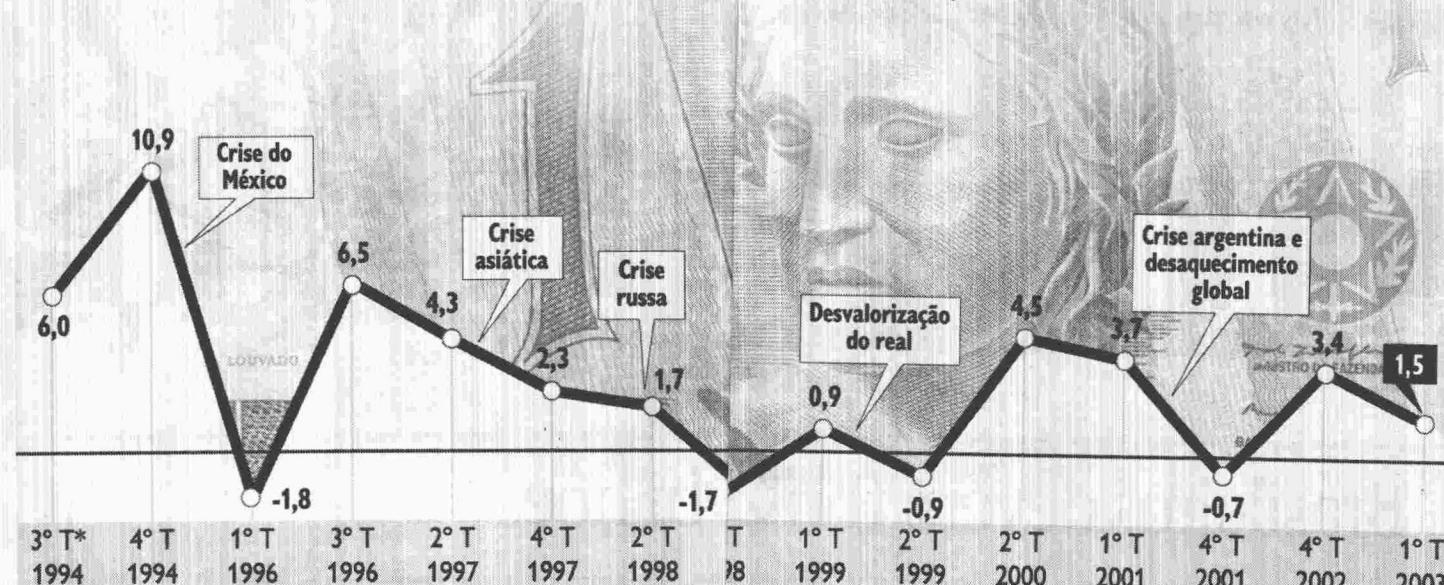
São elas: redução da taxa real de juros para 8% neste ano e 5% em 2004, diminuição da exigência de depósitos compulsórios, queda dos spreads bancários, correção dos salários pelos índices de inflação futura, fortes investimentos públicos em habitação e cotação do dólar entre R\$ 3,30 e R\$ 3,50 para melhorar a competitividade das exportações.

Alguns temem as consequências de uma bolha de crescimento que dure apenas meses ou um ano. Mas há quem defenda até mesmo a ampliação do pacote de Staub. O presidente da Associação da Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib), José Augusto Marques, vê enormes dificuldades para uma mudança tão rápida. Teme que seja provocada uma bolha de crescimento que jogue o país, em poucos meses, na recessão.

É uma outra política econômica, com certa inconsistência,

EM QUEDA

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é facilmente afetado por crises externas. Evolução do PIB em %



* T = Trimestre

cia. Essas propostas realmente aquecem a economia, mas como ficaria a estabilidade macroeconômica?", alerta José Augusto Marques.

Posição diferente tem o economista que preside a Sociedade de Estudos das Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), Antonio Corrêa de Lacerda. Ele afirma que a direção das propostas de Staub está correta, mas quer uma ampliação dessas medidas. Reconhece que é difícil reduzir a taxa real de juros para 8% ainda este ano, mas diz

que ela pode chegar a 10%.

Infra-estrutura

Sobre os investimentos públicos em habitação, sugeridos por Staub, Lacerda diz que o melhor seria investir em infra-estrutura (energia, saneamento e transportes). "Dessa maneira, matríamos vários coelhos com um só golpe. O dinheiro público é quinta a economia e também ataca os gargalos da produção das exportações", justifica o presidente da Sobeet.

Lacerda não teme uma bolha

de crescimento se o governo administrar, além do reaquecimento, as vulnerabilidades externas. Assim, ganham o consumo, a atividade e o investimento. Explica que o PIB do país sempre cai quando há crise externa. Ele propõe a ampliação das reservas líquidas para atingir um nível de US\$ 50 bilhões, mais seguros que os atuais US\$ 14 bilhões. Além disso, defende uma maior intervenção no câmbio. "O governo tem de elevar a cotação do dólar por meio das rolagens de

papéis cambiais e na compra da moeda americana que circula no mercado. Isso beneficia as exportações, que geram capital de longo prazo", justifica.

Mas há polêmica sobre a necessidade de intervenção no câmbio. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro Neto (PTB-PE), não apóia uma cotação artificial do dólar. Quanto às outras propostas de Staub, concorda com seus conceitos.

O economista-chefe da Fede-

O IMPACTO

Juro real de

8%

em 2003 e de

5%

em 2004 é uma das propostas do presidente da Gradiante, Eugênio Staub

ração Brasileira dos Bancos (Febraban), Roberto Troster, concorda, em tese, com a maioria das sugestões do presidente da Gradiante. Mas alerta para a necessidade de uma visão de longo prazo. "Os juros reais têm de ser muito menores que 5% ao ano, mas essa taxa deve ser sustentável e não temporária", justifica.

Troster também defende a eliminação dos depósitos compulsórios. Diz que os bancos têm de emprestar dinheiro para as pessoas e para as empresas, não para o governo. Sobre os investimentos públicos em habitação, o economista da Febraban afirma que melhor seria a criação de condições para que o setor privado tivesse acesso a financiamentos. Assim, haveria mais eficiência.